

O PFL denuncia a 'farsa' do PMDB

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O PFL denuncia ao Brasil a grande farsa que um grupo radical do PMDB pretende impor à esmagadora maioria da sociedade brasileira — o protesto consta de nota distribuída ontem à noite pela bancada do PFL na Constituinte, após ter se retirado do plenário por discordar da forma de votação do projeto de regimento interno, imposta pelo presidente, Ulysses Guimarães. A atitude dos liberais configurou o confronto entre o governo — apoiado pelo PFL, PDS, PTB e alguns pequenos partidos — e o PMDB. Aliás, o presidente José Sarney já mandou avisar que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal se a Constituinte aprovar mudanças na atual Carta por maioria simples, e não pelos dois terços, conforme a legislação em vigor.

O confronto começou a tomar forma à tarde, quando Ulysses informou que seria votado, em primeiro lugar, o último substitutivo apresentado pelo relator, senador Fernando Henrique Cardoso. Para ser aprovado, de acordo com as normas provisórias, teria de ter o voto favorável da maioria absoluta dos constituintes — 280 votos. Em seguida, seriam votados os pedidos de destaque, supressivos ou aditivos. Eram "mais de cem" e para a aprovação de qualquer deles seria exigido o mesmo quórum de maioria absoluta.

Contra esta decisão levantou-se, primeiro, o líder do PTB, Gastone Righi, classificando-a de "absurda". A mesma posição foi assumida por Gerson Peres (PDS-PA) e por Ricardo Fiúza (PDS-PE). Segundo Fiúza, um pedido de destaque de um ponto da matéria em votação, no caso o substitutivo, não pode ter o mesmo

tratamento de um pedido de destaque para uma emenda aditiva. No primeiro caso, argumentou, trata-se de separar do substitutivo determinada parte para a votação em separado. Essa parte para ser depois mantida, teria de obter também quórum de maioria absoluta. Segundo a decisão de Ulysses, porém, isso não aconteceria; o pedido de destaque é que teria de obter maioria absoluta.

"Estaremos diante da situação absurda de, havendo em plenário apenas o quórum mínimo de presentes, 280 deputados, 279 poderiam votar a favor do destaque e, ainda assim, a parte destacada seria mantida no substitutivo pelo voto de um só dos presentes" — protestou Righi. Ulysses, contudo, manteve sua decisão e não acolheu o recurso ao plenário apresentado pelo líder do PTB. "Essa é uma arbitrariedade que jamais sofrí em minha vida" — reclamou Righi. Entrou então em cena o líder do PFL, José Lourenço: "Diante da negativa de v. exa. (Ulysses) em relação ao recurso do deputado Gastone Righi, solicito à minha bancada a retirada do plenário". Gastone Righi secundou-o: "Retiramo-nos todos. Onde não há democracia não há Constituinte". Os liberais e petebistas saíram do plenário sob vales da bancada do PMDB. Começou ali o rompimento da Aliança Democrática, segundo Gerson Peres.

Pela liderança do PL, Afif Domingos deplorou que a Constituinte não tenha condições de entrar no debate das grandes questões nacionais, enredando-se progressivamente em sutilezas regimentais. afirmou que o Brasil legal e o Brasil real estão cada vez mais distantes "nesta Brasília, capital da alienação". O líder do PDS, Amaral Neto, considerou o re-

gimento interno proposto por Fernando Henrique "um reimento de cavalaria ou de blindados", jamais para elaborar uma Constituição, argumentando que ele esmaga os pequenos partidos. E prometeu exigir votação nominal para todos os destaques, "pois este País quer uma Constituição boa, e não uma má, feita às pressas".

As 19h15 começou a chamada nominal, mas antes o senador Fábio Lucena comunicou que o líder do governo, Carlos Sant'Anna, estava se dirigindo aos senadores do PMDB, dizendo-lhes textualmente: "Quem for amigo do Sarney que se retire deste plenário". Lucena considerou o fato uma "conspiração" e Sant'Anna um "sabotador" da Constituinte, declarando não mais reconhecê-lo como líder a partir daquele momento.

A noite, não houve número para votação da preferência pelo projeto original — apenas 80 constituintes responderam à chamada, logo depois de 283 marcarem presença. A votação foi então adiada para depois do carnaval, da liderança do PMDB, numa manobra já tentada sem êxito por Sant'Anna, para ganhar mais tempo e reabrir negociações entre as lideranças e contornar o confronto com o PFL.

Sem condições de pôr o substitutivo em votação, pelo risco de não conseguir 280 votos a favor, o líder do PMDB, Luiz Henrique, por volta das 20h30, pediu preferência pelo texto original. Orientados pela liderança, os constituintes do PMDB retiraram-se do plenário.

Na semana que vem haverá "recesso branco" e somente a partir do dia 10 haverá condições de novas negociações. "sem pressões e sem encostar ninguém na parede", como observou o líder Carlos Sant'Anna.



Ulysses força a votação do substitutivo de Cardoso; oposição protesta e obstrui

"Só para elaborar Constituição"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O PFL denuncia ao Brasil a grande farsa que um grupo radical do PMDB pretende impor à esmagadora maioria da sociedade brasileira", afirma a nota de três laudas da bancada do PFL, após demorada reunião em que se ouviram rudes ataques ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e ao PMDB por causa de sua posição na Assembleia Nacional Constituinte.

"O PFL entende que a Constituinte foi convocada exclusivamente para elaborar uma Constituição, de forma soberana e livre, e por este motivo não concorda, nem concordará, com qualquer iniciativa que venha a desviá-la dos propósitos que provocaram a sua convocação", prossegue. A nota diz ainda:

"Nós do PFL compartilhamos do desejo do povo brasileiro de ver a Constituição pronta e acabada no menor prazo possível. E achamos, também, que os eventuais atrasos na votação do Regimento, para que ele seja um instrumento mais democrático, causam danos infinitamente menores do que os atrasos fatais que a elaboração do texto constitucional vai sofrer cada vez que os trabalhos forem interrompidos pelo extemporâneo atropelamento das chamadas "matérias de relevância".

A nota do PFL é a seguinte, na íntegra: "A bancada do PFL, inteira, se retirou do Plenário em protesto contra a decisão ditatorial do deputado Ulysses Guimarães, negando ao Plenário o poder de deliberar sobre uma importante questão de ordem.

A questão de ordem, levantada pelo PFL, pelo PTB, pelo PDS e pelo PDC, procurava saber de que modo se processaria a votação dos destaques ao substitutivo. Isto porque, o texto elaborado pelo relator do PMDB havia desconhecido deliberadamente inúmeras propostas de emendas feitas pelos demais partidos.

Durante três dias de negociações, o PFL tentou chegar a um entendimento. Mas o grupo radical que

tomou conta do PMDB, e que está na origem de todo o episódio, impediu um bom resultado.

O PFL obteve nestes últimos dias significativas vitórias:

- melhorou o quórum de participação dos chamados pequenos partidos;
- retirou da Comissão de Sistematização os superpoderes do projeto original e obrigou-a a obedecer, na sua composição, os critérios de proporcionalidade;
- conseguiu mudar formas de votação, criando mecanismos mais democráticos.

No entanto, com relação ao chamado "Projeto de Decisão", a irredutibilidade do grupo radical do PMDB foi total. Superou até a boa vontade do próprio relator.

O Projeto de Decisão, considerando "grande inoção" pelo grupo que se intitulava de "grupo pró-soberania", é um dispositivo estranho, que precisa ser melhor conhecido.

havado provoca muitas indagações:

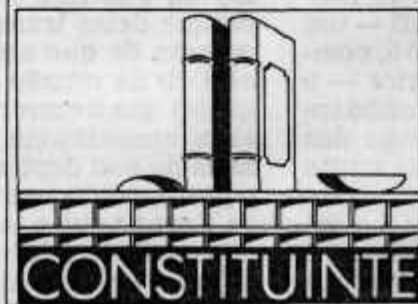
- Que significa matéria de relevância?
- Quem decide se a matéria é relevante, para ser proposta?
- Como entender a expressão "para a Assembleia Nacional Constituinte"? É a opinião dela ou é fato importante que pode influir no seu desempenho?
- O apolamento de 1/3 dos constituintes significa que o PMDB, isoladamente, pode ser sempre o juiz desta relevância?
- A votação por maioria absoluta garante, também, ao PMDB, isoladamente, ser o dono das iniciativas? Diante de tais dúvidas, o PFL tentou fazer o texto ficar mais claro e propôs que estas questões fossem definidas, mas isto lhe foi negado.

Portanto, com este texto confuso, fica a bancada do PMDB com plenos poderes para, quando quiser e quando bem entender, de forma isolada e prepotente, atropelar as tarefas constitucionais e desorganizar todo o quadro institucional do País.

O PFL entende que a Constituinte foi convocada exclusivamente para elaborar uma Constituição, de forma soberana e livre, e por este motivo não concorda, nem concordará, com qualquer iniciativa que venha a desviá-la dos propósitos que provocaram a sua convocação.

Por tudo isso, o PFL denuncia ao Brasil a grande farsa que o grupo radical do PMDB pretende impor à esmagadora maioria da sociedade brasileira.

Nós do PFL compartilhamos do desejo do povo brasileiro de ver a Constituição pronta e acabada no menor prazo possível. E achamos, também, que os eventuais atrasos na votação do Regimento, para que ele seja um instrumento mais democrático, causam danos infinitamente menores do que os atrasos fatais que a elaboração do texto constitucional vai sofrer cada vez que os trabalhos forem interrompidos pelo extemporâneo atropelamento das chamadas "matérias de relevância".



Diz assim o Regimento proposto pelo Relator:

"§ 7 — Os projetos de decisão destinam-se a regular matéria de relevância para a Assembleia Nacional Constituinte, não compreendida nas demais proposições, necessitando ter o apolamento de 1/3 dos constituintes e serão submetidas a parecer prévio da Comissão de Sistematização, que o fará no prazo de 5 dias, cabendo ao plenário, em 2 turnos de discussão e votação, e por maioria absoluta, a decisão final, sendo arquivado, definitivamente, se receber parecer contrário."

Ora este texto confuso e mal ali-

Governo pode recorrer ao STF

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O governo poderá arguir a inconstitucionalidade da medida se o regimento da Assembleia Nacional Constituinte for aprovado com a figura do "projeto de decisão", que permite mudanças na atual Constituição, aprovadas pela maioria absoluta da Constituinte, ou seja, metade dos parlamentares mais um, o que soma 280 votos.

Mudanças na atual Constituição, somente com a aprovação de dois terços do Congresso Nacional, da Assembleia Nacional Constituinte, ou qualquer outra denominação que se dê. Fora disso, a medida será inconstitucional, segundo alertou, ontem, um auxiliar do presidente Sarney, argumentando que o governo federal poderá, através da Procuradoria-Geral da República, arguir a inconstitucionalidade da maioria absoluta, para exame do Supremo Tribunal Federal.

Esse último trunfo do governo contra a decisão da Constituinte foi confirmado, em tese, por fontes da

Procuradoria-Geral da República, ao argumentarem que qualquer diploma legislativo pode sofrer arguição de inconstitucionalidade. Segundo essas fontes, o pedido de inconstitucionalidade não precisa partir, necessariamente, do governo federal. Até um parlamentar pode fazer isso.

"As coisas estão meio agitadas no Congresso", afirmou o presidente Sarney ontem, para alguns de seus auxiliares, antes de deixar o Palácio do Planalto. Entretanto, oficialmente, nenhum assessor do presidente quis adiantar a disposição do governo de arguir, de imediato, a inconstitucionalidade ao "projeto de decisão", embora um deles tivesse destacado a preocupação do Palácio do Planalto com o total desentendimento que estava ocorrendo entre os líderes do PMDB, Luiz Henrique, e do governo, deputado Carlos Sant'Anna.

O Planalto participou ativamente das manobras de ontem no plenário da Constituinte.

O deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) denunciou que durante

a primeira votação de verificação do quórum de presença o assessor parlamentar do Gabinete Civil da Presidência da República, Henrique Hargreaves, estava convencendo constituintes do PDS a se retirarem de plenário. Entre os muitos que saíram do plenário, Zanetti anotou o senador Jarbas Passarinho (PA), líder do PDS no Senado.

Henrique Hargreaves, que é funcionário da Câmara, mas está à disposição do Gabinete Civil, encontrava-se no plenário da Câmara.

O que é permitido apenas aos constituintes, funcionários da Casa e jornalistas. Sobre a denúncia, ele apenas comentou: "E mesmo? Você acha possível? Antes fosse possível fazer isso".

A denúncia de Hermes Zanetti veio logo depois que o senador Fábio Lucena (PMDB-AM) fez uma denúncia nos microfones de aparte, que o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (BA), estava procurando retirar constituintes do próprio PMDB sob o argumento de que "quem é amigo do presidente Sarney tem de sair do plenário".

Liberal insiste nas diretas já

O deputado Érico Pegoraro (PFL-RS) defendeu ontem, em Brasília, a realização de eleições diretas para presidente da República, na coroação do processo de transição democrática. "Queremos diretas já, logo após a Constituinte. É a única bandeira que o PFL pode apresentar à sociedade", disse.

Pegoraro acha que o "que fechará o processo de transição serão eleições diretas, mesmo com direito de Sarney concorrer. Seu governo sofre da legitimidade da origem, por ter vindo de eleição indireta e, atualmente, pela ingerência de Ulysses Guimarães, que manda na metade da administração".

Ao ouvir seu colega admitir a reeleição do presidente José Sarney, o secretário geral do PFL, Saulo Quelroz, comentou: "Você tira o concreto e dá a hipótese".

"Se a crise se agravar, haverá duas saídas: a implantação do regime parlamentar de governo ou as eleições diretas para presidente da República em 1988", observou Lúcio Alcântara (PFL-CE).

